ATA N.º 18/2025

**ATA DA REUNIÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
VALENÇA REALIZADA NO
DIA 04 DE SETEMBRO DE
2025.**

- - - Aos quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Valença e no Edifício dos Paços do Concelho de Valença, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Valença sob a presidência de José Manuel Vaz Carpinteira, e com a presença dos Vereadores Manuel Rodrigues Lopes, Renato Cunha Lobão Alves Moreno, Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues, Arlindo Amorim de Sousa e Rui Filipe Fernandes Rodrigues. _____

O Sr. Vereador José Manuel Temporão esteve ausentes, por motivos profissionais tendo sido substituído no exercício das suas funções, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista do Movimento “Fortalecer Valença”, o Sr. Vereador Renato Moreno. _____

Secretariou a Chefe da Divisão Administrativa Geral, Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, declarou-se aberta a reunião pelas dez horas. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Iniciado o período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente deixou um voto de pesar pelas vítimas do acidente ocorrido no dia de ontem, em Lisboa, com o descarrilamento do elevador da Glória. De seguida passou a palavra aos Srs. Vereadores para as suas intervenções. _____

A T A N.º 18/2025

Usou da palavra o Sr. Vereador Renato Moreno, que após as saudações protocolares, perguntou qual a ponto de situação da construção do ancoradouro junto ao Cais do Rio Minho e quanto vai custar, à Câmara Municipal, o Mercado Medieval. _____

O Sr. Presidente da Câmara após agradecer a intervenção do Sr. Vereador, disse que, embora já exista o projeto para o ancoradouro, que será entre o cais e a Ponte e terá, de início, capacidade para oito barcos, a APA – Agência Portuguesa para o Ambiente ainda não emitiu o seu parecer. Os técnicos do Município estão a trabalhar com a APA no sentido de ultrapassar os obstáculos colocados. Quanto ao Mercado Medieval, o valor total é de cerca de cinquenta mil euros. _____

O Sr. Vereador Manuel Lopes, após as saudações protocolares, disse ter ouvido comentar que a “Casa Toga” foi vendida por quinhentos mil euros, questionando a razão pela qual o Município não exerceu o direito de preferência sobre o imóvel, quando o devia ter feito, já que é um edifício emblemático de Valença. De seguida, disse que na última reunião de câmara falou na poda de uma árvore, hoje passou lá e ainda continua por podar. _____

O Sr. Presidente agradeceu a intervenção e disse que não teve conhecimento da venda, pelo que não sabe se ainda se está a tempo de agir ou se a escritura já se concretizou, atendendo a que serviço “Casa Pronta”, não notifica o Município de todos os pedidos para exercício de direito de preferência, registados na plataforma, tornando inviável o acompanhamento, caso a caso, pelos serviços municipais e a emissão de pareceres em tempo útil. Quanto à poda da árvore disse que brevemente será efetuada a respetiva poda. _____

A Sra. Vereadora Elisabete Domingues, após as saudações protocolares, lembrou que ainda não lhe foram fornecidos os elementos solicitados sobre o Festival Contrasta. _____

O Sr. Presidente agradeceu a intervenção e deu instruções à secretária da reunião para recolher os elementos solicitados. _____

ATA N.º 18/2025

Findas as intervenções passou-se ao período da ordem do dia. _____

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 21 DE AGOSTO DE 2025 – Aprovado por unanimidade. _____

A Sra. Vereadora Elisabete Domingues não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. _____

PONTO 2 – ALTERAÇÃO N.º 8 AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2025 – O Senhor Presidente apresentou, para conhecimento da Câmara Municipal, a alteração n.º 8 num montante global de 431.000,00€ (quatrocentos e trinta e um mil euros) de acordo com a informação da Chefe de Unidade de Contabilidade, Gestão e Património, n.º DEF042 de 29 de agosto findo que se transcreve para todos os efeitos legais. _____

“1. Nota Introdutória

A presente informação tem como objetivo apresentar uma proposta de Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, considerando a necessidade de reajustamentos nas respetivas dotações da despesa não alterando o valor global do Orçamento.

2. Proposta de Alteração

No seguimento do mencionado e tendo em vista a necessidade de proceder a ajustamentos em algumas dotações orçamentais de forma a fazer face às despesas para a atividade municipal, propondo-se uma Alteração Orçamental de acordo com os documentos apresentados em anexo, destacando-se os seguintes aspetos de análise:

- *Orçamento da Despesa:*

Modificações permutativas em diversas rubricas orçamentais para 2025 no montante global 431.000,00€ (quatrocentos e trinta e um mil euros) de acordo com os mapas em anexo.

3. Proposta de decisão

Nestes termos, propõe-se que o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal autorize a presente Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2025 de forma a dotar as rubricas com as dotações necessárias para a normal atividade municipal.

À Consideração Superior, Chefe de Divisão Económica e Financeira, Hélder Lopes

ATA N.º 18/2025

Anexos:

I – Modificação ao Orçamento da Receita e Despesa

II-Modificação às Grandes Opções do Plano- GOP

III- Modificação do Plano Plurianual de Investimentos

IV- Modificação das Atividades Mais Relevantes.”

Os anexos da referida proposta foram todos transmitidos para conhecimento dos Srs. Vereadores, dispensando-se aqui a sua transcrição.

PONTO 3 – 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2025 E SEGUINTE – Acerca do assunto foi presente a informação DEF 041 de 29 de agosto findo, da Chefe de Unidade de Contabilidade, Gestão e património, que se transcreve para todos os efeitos legais:

“Nota Introdutória

A presente informação tem como objetivo apresentar uma proposta de revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 e seguintes, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. Esta revisão apenas ajustará o montante das GOP’S para o ano 2026 e 2027 de forma a permitir iniciar os procedimentos de contratação pública de duas obras com financiamentos associados, não alterando o valor global do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2026 e 2027. Considerando que:

O Art.º 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI), dispõe que:

- As modificações do plano plurianual de investimentos consubstanciam-se em revisões e alterações;
- As revisões do plano plurianual de investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso;
- A realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante do plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, quando for o caso.

Assim, a presente Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dará origem às seguintes modificações nos documentos previsionais 2026 e 2027 operados no lado da despesa:

A T A N.º 18/2025

I) Orçamento da Despesa:

- a) Atendendo a necessidade de reforçar a dotação da GOP 2023/38 no ano 2026 “Construção da Creche – Parque Empresarial de Valença” no montante de 600.000 euros em 2026 de forma a dotar a rubrica com a verba necessária para dar início ao novo procedimento de contratação pública uma vez que no primeiro Concurso Público foram excluídas todas as propostas não havendo lugar a adjudicação. Assim torna-se necessário reajustar o preço base e o respetivo encargo plurianual.
- b) Atendendo a necessidade de reforçar a dotação da GOP 2023/98 no ano 2026 e 2027 “Requalificação do Antigo Cine-Teatro/Fortaleza” no montante de 500.000 euros em 2026 e 500.000€ em 2027 de forma a dotar a rubrica com a verba necessária para dar inicio ao novo procedimento de contratação pública uma vez que no primeiro Concurso Público foram excluídas todas as propostas não havendo lugar a adjudicação tornando-se necessário reajustar o preço base e o respetivo encargo plurianual.
- c) Redução da dotação da GOP 2024/1 no ano 2026 “Qualificação do Antigo Colégio Português” no montante de 200.000 euros, no ano 2026.
- d) Redução da dotação da GOP 2023/87 1 no ano 2026 e 2027 “Parque ecológico Srª da Cabeça – Projeto e Obra” no montante de 200.000 euros no ano 2026 e 500.000€ no ano 2027.
- e) Redução da dotação da GOP 2023/89 1 no ano 2026 “Preservação da margem do Rio Minho- Projeto e Obra” no montante de 300.000 euros, no ano 2026.
- f) Redução da dotação da GOP 2023/118 no ano 2026 “Conservação e Beneficiação da Rede Viária” no montante de 200.000 euros no ano 2026.
- g) Redução da dotação da GOP 2023/125 no ano 2026 “Transporte Público Rodoviário – Contrato Interadministrativo” no montante de 200.000 euros no ano 2026.

PROPOSTA:

Nestes termos, propõe-se que o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal determine a remessa da presente Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2025 e seguintes, à Câmara Municipal, a fim deste órgão, ao abrigo da alínea c) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a aprovação da Assembleia Municipal.

À Consideração Superior,

Chefe de Unidade 3º Grau- Contabilidade, Gestão e Património Sílvia Alvarinho

Anexos:

I – Modificação ao Orçamento da Receita e Despesa

A T A N.º 18/2025

II - Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos e Grandes Opções do Plano”

Os anexos da referida proposta foram todos transmitidos para conhecimento dos Srs. Vereadores, dispensando-se aqui a sua transcrição. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração e remeter à Assembleia Municipal para aprovação. _____

PONTO 4 – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

– **1.º SEMESTRE 2025** – Acerca do assunto foi presente a informação DEF 049 de 29 de agosto findo, da Chefe de Unidade de Contabilidade, Gestão e património, que se transcreve para todos os efeitos legais:

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

De acordo com o disposto na alínea d) do número 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é da competência do auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira. Assim, renete-se as demonstrações financeiras do Município de Valença reportadas 1 30 de junho de 2025 de acordo com o relatório emitido pelo Auditor Externo.

Nestes termos, propõe-se que o Exmo. Presidente profira decisão no sentido de encaminhar os mencionados documentos para conhecimento da Câmara Municipal, e que este órgão delibere no sentido de encaminhar os mesmos para apreciação da Assembleia Municipal.

Chefe de Unidade 3º Grau- Contabilidade, Gestão e Património Sílvia Alvarinho” _____

Os anexos da referida proposta foram todos transmitidos para conhecimento dos Srs. Vereadores, dispensando-se aqui a sua transcrição. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter os documentos à Assembleia Municipal para apreciação. _____

PONTO 5 – CONCURSO PÚBLICO DE EMPREITADA PARA “AMPLIAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE BOGIM – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

– Acerca do assunto foi presente a informação DEF-ACP-CP-46-2025 de 29 de agosto findo que se reproduz para todos os efeitos legais:

“**ASSUNTO:CONCURSO PÚBLICO DE EMPREITADA PARA “AMPLIAÇÃO DO BAIRRO**

A T A N.º 18/2025

SOCIAL DE BOGIM - CERDAL" - ref.ª CP-EOP-12/2025

[Prorrogação do prazo para apresentação de Documentos de Habilitação]

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Por deliberação da Câmara Municipal de Valença, em reunião de 07/08/2025, enquanto órgão competente, foi aprovada a adjudicação da proposta apresentada pela **Construcciones Castro-Figueiro, Unipersonal – Sucursal em Portugal**, pelo valor proposto de **2.224.795,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos do disposto no artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a decisão de adjudicação foi notificada ao adjudicatário em 08/08/2025, através de documento submetido na plataforma eletrónica de contratação pública VortalGov, tendo sido concedidos 10 dias úteis para apresentação dos documentos de habilitação exigidos, bem como para a prestação da caução exigida nos termos dos artigos 88.º a 90.º do CCP.

Decorrido o prazo inicialmente fixado para apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário não apresentou todos os documentos de habilitação exigidos. Contudo, dentro do referido prazo, o adjudicatário submeteu mensagem na plataforma VortalGov a solicitar a prorrogação do prazo para apresentar os documentos de habilitação em falta, fundamentado da seguinte forma:

«Ex.mos Srs., Vimos pelo presente solicitar a prorrogação do prazo de entrega dos documentos de habilitação, por cinco dias úteis. Tendo como motivo alguns documentos estarem caducados ou próximos da caducidade e assim permitir-nos enviar os documentos corretos. Cumprimentos».

O referido pedido, apresentado dentro do prazo inicialmente fixado, solicitando a prorrogação por 5 (cinco) dias úteis, encontra-se em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 85º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que permite, por uma única vez, a prorrogação do prazo para a apresentação dos documentos de habilitação, por solicitação do adjudicatário, por um período não superior a cinco dias.

Verifica-se que o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação em falta em 28/08/2025, dentro do prazo prorrogado solicitado.

Face ao exposto, nos termos e fundamentos apresentados, submete-se à consideração do Sr. Presidente remeter à Exma. Câmara Municipal de Valença, para efeitos de decisão quanto à aprovação da

A T A N.º 18/2025

prorrogação do prazo requerido e consequente Habilitação do adjudicatário “**Construcciones Castro-Figueiro, Unipersonal – Sucursal em Portugal**”.

À consideração superior, SUBUNIDADE DE APROVISIONAMENTO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA, A Técnica Superior, Clara Silva”

ANEXOS:

- Notificação adjudicação;
- Pedido de prorrogação de prazo para apresentação dos documentos de habilitação;
- Documentos de habilitação. _____

Os anexos da referida proposta foram todos transmitidos para conhecimento dos Srs. Vereadores, dispensando-se aqui a sua transcrição. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a prorrogação do prazo por um período de 5 (cinco) dias, para a entrega dos documentos de habilitação em falta. _____

PONTO 6 – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO COM A FREGUESIA DE VERDOEJO – Acerca do assunto foi presente a proposta da Sra. Vereadora Ana Paula Xavier que se transcreve para todos os efeitos legais:

“PROPOSTA N.º 11/2025

PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO COM A FREGUESIA DE VERDOEJO

A presente proposta visa a celebração de um contrato de comodato entre o Município de Valença e a Freguesia de Verdoejo, através do qual a Freguesia cede gratuitamente ao Município um imóvel destinado a habitação, com o objetivo de alojar uma família carenciada identificada pelos serviços sociais do Município.

O contrato de comodato rege-se pelo disposto nos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil Português, sendo definido como um contrato pelo qual uma das partes entrega à outra, a título gratuito, uma coisa, móvel ou imóvel, para que esta a utilize por certo período ou para certo fim, com a obrigação de a restituir.

No presente caso a Freguesia de Verdoejo é dona e legítima proprietária do prédio urbano, sito no Lugar de Barracas, denominado “Quartel da Guarda Fiscal”, inscrito na matriz predial sob o artigo 229 e descrito na Conservatória do registo Predial sob o número 353/19960816.

A T A N.º 18/2025

A Junta de Freguesia de Verdoejo deliberou, na sua reunião realizada em 14 de agosto de 2025, ceder o identificado imóvel ao Município de Valença, por um período de 20 (vinte) anos, para ser usado para fim habitacional.

O imóvel destina-se ao alojamento de uma família em situação de comprovada carência habitacional e socioeconómica, devidamente sinalizada pelos serviços de ação social do Município;

Nos termos do n.º 1 do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, todos têm direito para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Por outro lado,

Constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da ação social e da habitação – cfr. artigo 2.º e alíneas h) e e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A utilização do imóvel para habitação social está, pois, alinhada com os objetivos de interesse público, nomeadamente a promoção de condições dignas de habitação.

Verifica-se que o imóvel se encontra onerado com uma cláusula de exclusividade para a instalação de uma coletividade desportiva – Moto Club 101. Terá que a Junta de Freguesia adotar as diligências adequadas à remoção da cláusula ou à alteração do fim a que se destina o prédio.

Durante e vigência do contrato de comodato todas as obras de remodelação e adaptação do imóvel serão da responsabilidade do Município.

Proposta,

Face ao exposto, propõe-se que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, remeta à Câmara Municipal para deliberar a aprovação da minuta do contrato de comodato, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante, com a Freguesia de Verdoejo, para a utilização de supra identificado imóvel para habitação social.

Em anexo: Minuta do contrato de comodato

Paços do Município, 28 de agosto de 2025.

A Vereadora com competência delegada (Despacho de Delegação de Competências de 25 de outubro de 2021) (Ana Paula Vaz Almendra Xavier)

MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE A FREGUESIA DE VERDOEJO E O

A T A N.º 18/2025

MUNICÍPIO DE VALENÇA

PRIMEIRO OUTORGANTE: Freguesia de Verdoejo, pessoa coletiva n.º 506 854 647, com sede em Largo da Devesa, 85, Verdoejo, concelho de Valença, representado pelo Presidente da Junta de Freguesia, José Manuel Montenegro Roda, adiante identificado como primeira outorgante;

e

SEGUNDO OUTORGANTE: Município de Valença, NIPC 506 728 897, com sede na Praça da República, 4930-702 Valença, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Vaz Carpinteira, com poderes para o ato adiante identificado como segundo outorgante.

É celebrado o presente contrato de comodato que se regerá nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula primeira

(Objeto)

Pelo presente contrato a primeira outorgante, entrega em comodato, ao segundo outorgante o prédio urbano, composto por edifício de alvenaria de 1 pavimento e quatro divisões, sendo: secretaria, quarto do Comando do Posto, caserna das praças, cozinha. Tem anexos 1 anexo 1 retrete e uma pequena barraca que serve de arrecadação, ambas construídas em tijolo, sito no Lugar de Barracas, Freguesia de Verdoejo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Valença sob o número 353 e inscrito na matriz sob o artigo urbano 229.

Cláusula segunda

(Fim)

O identificado imóvel destina-se a ser utilizado pela segunda outorgante para habitação.

Cláusula terceira

(Prazo)

O presente contrato de comodato é celebrado pelo prazo de 20 (vinte) anos a contar da data da assinatura do mesmo, podendo ser renovado por períodos iguais, mediante acordo das partes.

Cláusula quarta

(Obras)

1. Durante a vigência do presente contrato todas as obras de remodelação e adaptação do edifício, que se revelem necessárias para o fim a que o imóvel se destina, assim como novas construções e arranjos exteriores são da responsabilidade da segunda outorgante, mediante aprovação prévia do projeto pelo primeiro outorgante.

2. Com a cessação do contrato de comodato, qualquer que seja o motivo, as obras, ou equipamentos

A T A N.º 18/2025

que não possam ser retirados sem detrimento do imóvel, consideram-se nele incorporado, sem que a segunda outorgante tenha direito a qualquer indemnização ou a alegar o direito de retenção, desde que não ultrapassem cinco mil euros.

**Cláusula quinta
(Despesas e encargos)**

Todas e quaisquer despesas ou encargos decorrentes da utilização do imóvel durante a vigência do presente contrato de comodato serão da responsabilidade da segunda outorgante.

**Cláusula sexta
(Denúncia)**

1. O presente contrato poderá cessar, após comunicação, por carta registada com aviso de receção, de um dos outorgantes, com uma antecedência mínima de cinco anos relativamente à data do termo do contrato de comodato ou das suas renovações.
2. Caso não seja desenvolvida, no imóvel, qualquer atividade das previstas no presente contrato por um período de dois anos, de forma ininterrupta, tal constitui cláusula resolutiva deste contrato, podendo o 1.º outorgante denunciá-lo unilateralmente.

**Cláusula sétima
(Obrigações da comodatária)**

A segunda outorgante fica vinculada às disposições legais previstas no Código Civil quanto ao contrato de comodato, nomeadamente os artigos 1135.º e 1136.º

**Cláusula oitava
(Transmissão da posição contratual)**

É proibida à segunda outorgante a cessão da sua posição contratual, salvo com autorização expressa do primeiro outorgante.

**Cláusula nona
(Devolução do imóvel)**

Findo o prazo do contrato, pelo decurso do prazo, ou outra causa de cessação do contrato, a segunda outorgante obriga-se a entregar o imóvel, em bom estado de conservação, no prazo de trinta dias.

**Cláusula décima
Resolução do contrato**

1. É conferido, à primeira outorgante, o direito à resolução do contrato com fundamento no incumprimento das suas obrigações e ainda no caso de a segunda outorgante não utilizar, efetivamente, o imóvel por um período contínuo de dois anos, revertendo, nesse, caso o gozo do imóvel para o primeiro outorgante, extinguindo-se o contrato de comodato.

A T A N.º 18/2025

2. A resolução do contrato por parte da primeira outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja de acordo com o disposto nos artigos 432.º a 436.º do Código Civil.

(Normas subsidiárias)

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais em vigor no Código Civil que regulam o contrato de comodato.” _____

Juntamente, com a proposta foi presente na reunião de câmara, uma declaração da ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A., a declarar que não se opõe à alteração do uso do imóvel designado de Posto da Guarda Fiscal de Verdoejo, sito em Barracas, para fins habitacionais. _____

Não obstante a declaração o Sr. Vereador Manuel Lopes solicitou que, junto da Freguesia de Verdoejo, se conseguisse cópia da escritura a favor da Freguesia de Verdoejo. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transcrita minuta do contrato de comodato referente ao prédio urbano, sito no Lugar de Barracas, denominado “Quartel da Guarda Fiscal”, inscrito na matriz predial sob o artigo 229 e descrito na Conservatória do registo Predial sob o número 353/19960816, ficando a celebração do contrato condicionada à remoção da cláusula constante da descrição ou à alteração do fim a que se destina o prédio. _____

PONTO 7 – MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL PARA A CRIAÇÃO DO CENTRO DE CRIAÇÃO DO ALTO MINHO “EMCADEIA” – Acerca do assunto foi presente a minuta de protocolo, registada com o número, 4449/2025, que se transcreve para todos os efeitos legais:

“MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL PARA A CRIAÇÃO DO CENTRO DE CRIAÇÃO DO ALTO MINHO “em Cadeia”

PRÂMBULO

No contexto da implementação da Estratégia Regional para a Cultura NORTE 2030, os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, assumem o compromisso de

A T A N.º 18/2025

colaborar na dinamização de uma Rede Intermunicipal, como estrutura territorializadas de apoio à criação artística e cultural, assente no centro de Criação do Alto Minho “wmCadeia”.

A presente colaboração visa fomentar ecossistemas sustentáveis, através da qualificação e apetrechamento de espaço adequados à residência, capacitação e experimentação artística, favorecendo a radicação de estruturas culturais e a valorização do setor criativo na região.

CONSIDERANDO QUE:

1. A Comunidade Intermunicipal do Alto Minho tem como suas atribuições, entre outras, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal e a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos fundos europeus;

E

Os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo dispõem de atribuições, nos termos da referida lei, nos domínios do património, da cultura e da ciência;

2. Os outorgantes partilham do diagnóstico plasmado no Plano de Ação Regional para a Cultura NORTE 2030, promovido pela CCDR-NORTE (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, I.P.), o qual preconiza a instalação de uma “*Rede Regional de Centros de Criação no Norte, que apoie o desenvolvimento e capacitação de ecossistemas criativos e artísticos regionais, com potencial na criação de bens culturais*”;

3. De acordo com o referencial Técnico proposto pela CCDR-NORTE, os centros de criação desta rede regional são “*plataformas/espacos de investigação, experimentação, capacitação e criação de projetos contemporâneos nas áreas culturais, artísticas e/ou criativas, em regime de residência temporária ou permanente, dotados de direção/coordenação artística, organizados e definidos na sua tipologia ou carácter disciplinar segundo uma abordagem bottom up, em resultado de processos de decisão de base intermunicipal ou com reconhecimento de relevância intermunicipal pelas respetivas entidades* (e com a sua participação);

4. O Aviso NORTE 2030-2025-16 visa estimular ações piloto estruturantes, com vocação intermunicipal, para constituição de uma Rede Regional de Centros de Criação, com enfoque na articulação intermunicipal e numa abordagem integradora e descentralizada;

5. Os Municípios signatários reconhecem a relevância estratégica do Centro de Criação para o território do Alto Minho e manifestam vontade de colaborar na sua implementação, dinamização e

A T A N.º 18/2025

programação artística em rede:

6. Em reunião Ordinária do Conselho Intermunicipal do Alto Minho, realizada no dia 09 de junho de 2025, *“foi consensualizada a proposta de acolhimento pelo Município de Monção do centro de Criação do Alto Minho, que será objeto de candidatura ao Aviso NORTE 2030-2025-16, sendo que para o efeito a CIM do Alto Minho deverá emitir a respetiva declaração de interesse e, por outro lado, deverá propor uma minuta de protocolo a celebrar que assegure a escala e a vocação intermunicipal deste equipamento, refletidos no seu funcionamento, no relacionamento e a articulação com todos os municípios”*.

Entre

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, pessoa coletiva n.º 508 754 496, com sede na Rua Bernardo Abrunhosa, n.º 105 em Viana do Castelo, neste ato representada por Manoel Batista Calçada Pombal, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal, doravante designado por Primeiro Outorgante;

E

Município de Arcos de Valdevez, pessoa coletiva n.º 502 211 696, com sede na Praça Municipal, 4974-003 Arcos de Valdevez, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Olegário Gomes Gonçalves;

Município de Caminha, pessoa coletiva n.º 500 843 139, com sede no Largo Calouste Gulbenkian, 4910-113 Caminha, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Rui Miguel Rio Tinto Lages;

Município de Melgaço, pessoa coletiva n.º 505 592 940, com sede no Largo Hermegildo Solheiro – Vila, 4960-551 Melgaço, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal José Adriano Esteves Lima;

Município de Paredes de Coura, pessoa coletiva n.º 506 632 938, com sede no Largo Visconde de Moselos, Apartado 6, 4941-909 Paredes de Coura, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Vítor Paulo Gomes Pereira;

Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Augusto Manuel dos Reis Marinho;

Município de Ponte de Lima, pessoa coletiva n.º 506 811 913, com sede na Praça da República, 4990-062 Ponte de Lima, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz;

Município de Valença, pessoa coletiva n.º 506 728 897, com sede na Praça da República, 4930-702

A T A N.º 18/2025

Valença, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal José Manuel Vaz Carpinteira;
Município de Viana do Castelo, pessoa coletiva n.º 506 037 258, com sede no Passeio das Mordomas da Romaria, 4904-877 Viana do Castelo, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Joaquim Luís Nobre Pereira.

Doravante designados coletivamente por Segundos Outorgantes.

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação Institucional (adiante designado por “Protocolo”), o qual se rege pelos considerandos *supra* e nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente protocolo visa estabelecer formas de colaboração entre os Outorgantes, tendo em vista a implementação e dinamização do Centro de Criação do Alto Minho “emCadeia” e da rede Intermunicipal de criação artística.
2. O Centro de Criação terá como âmbito a radicação e desenvolvimento de competências e atividades de criação e capacitação de atores culturais e artísticos no Alto Minho e a sua relação com a Galiza, mas servirá também de catalisador para o desenvolvimento económico, social e ambiental, através da colaboração e do intercâmbio de conhecimento e ideias entre os Municípios.
3. O Centro de Criação do Alto Minho “emCadeia” respeita a uma plataforma/espço artístico, multidisciplinar, com competências na experimentação, reflexão, investigação e criação artísticas, assim como de mediação com a comunidade, traduzindo uma vocação intermunicipal.
4. O Centro de Criação Alto Minho “emCadeia” terá como funções essenciais:
 - a) Contribuir para o desenvolvimento, consolidação e valorização do setor cultural e criativo do território;
 - b) Promover a qualificação e abertura à diversidade da comunidade artística, em lógicas colaborativas e de contaminação com base local e regional;
 - c) Promover a experimentação, a investigação, reflexão cultural e práticas artísticas, através de residências de curta, média e longa duração;
 - d) Dinamizar processos de inclusão e democratização no acesso às artes por parte das populações no território, através de iniciativas de mediação artística e cultural;
 - e) Assegurar a ligação a redes regionais, nacionais e internacionais, contribuindo para amplificar a voz artística da comunidade e abrir o território a novas experiências culturais e artísticas.
5. A construção, instalação e funcionamento do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia” compete ao Município de Monção, Entidade Promotora/Gestora do projeto.

A T A N.º 18/2025

6. A direção artística e gestão técnica do Centro de Criação Alto Minho “emCadei”a será assegurada por um/a diretor/a ou coordenado/a, designado/a pelo Município de Monção.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho)

A Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, assume um papel dinamizador e catalisador de ação conjunta dos Município em torno do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”, competindo-lhe:

1. Supervisionar e garantir o cumprimento do presente protocolo;
2. Presidir o Grupo de Trabalho de Acompanhamento;
3. Participar, sempre que necessário, na criação e atualização de diretório regional de agentes culturais, artísticos, científicos, educativos e tecnológicos relevantes à atividade do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”;
4. Participar e acompanhar a redação dos documentos estratégicos e/ou programáticos do Centro de Criação, de modo a garantir a sua vocação intermunicipal;
5. Colaborar ativamente na identificação de possíveis fontes de financiamento para projetos a dinamizar pelo Centro de Criação Alto Minho “emCadeia” e pela Rede Intermunicipal de criação artística;
6. Participar e apoiar a divulgação pública de iniciativas do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia” que promovam projetos de experimentação, reflexão, investigação, mediação e criação artística dos agentes culturais.

Cláusula 3.ª

(Obrigações da Entidade Promotora/Gestora)

O Município de Monção, na qualidade de Entidade Promotora/Gestora do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”, assume as seguintes obrigações:

1. Assegurar a disponibilidade de edifício(s) ou espaço(s) adequado(s) à instalação e desenvolvimento do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”;
2. Garantir a execução dos investimentos necessários à implementação e funcionamento do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”, incluindo:
 - i. A proposta de programa funcional de ocupação do(s) edifícios(s) e espaço(s) definidos para instalação do projeto;
 - ii. A contratação e acompanhamento de execução de projetos e obras que garantam a adaptação técnica e funcional necessária do(s) edifício(s) e espaço(s) para instalação e subsequente funcionamento do projeto;

ATA N.º 18/2025

- iii. A aquisição e acompanhamento de instalação de equipamento necessário do(s) edifício(s) e espaço(s) para o subsequente funcionamento do projeto;
 - iv. A disponibilização/contratação de recursos humanos definidos como essenciais à instalação e subsequente funcionamento do projeto, designadamente o Diretor Artístico e a Gestão Técnica;
 - v. As despesas necessárias ao bom funcionamento de edifício(s) e espaço(s), equipamentos e ao cumprimento do conjunto de funções e serviços afetos ao projeto.
3. Preparar e apresentar a candidatura do projeto ao Aviso NORTE 2030-2025-16 – Rede Regional de Centros de Criação – Ação Piloto estruturante, nos termos do Referencial Técnico adotado;
 4. Garantir a redação dos documentos estratégicos e/ou programáticos do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”, em articulação com os demais Outorgantes;
 5. Participar nos órgãos consultivos e deliberativos que estruturam o funcionamento do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”, ;
 6. Elaborar e executar o plano de atividades, o qual deverá incluir expressamente uma componente de cooperação intermunicipal, regional e transfronteiriça, promovendo articulações estratégicas entre os diferentes territórios;
 7. Designar o/a diretor/a artístico/a;
 8. Promover a participação na elaboração de candidaturas a possíveis fontes de financiamento para projetos a dinamizar no Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”, nomeadamente com a participação dos restantes Municípios do Alto Minho e da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho;
 9. Participar da rede regional colaborativa com funções de acompanhamento e dinamização dos Centros de Criação da Região Norte, assegurada pela CCDR-Norte, contribuindo para a articulação entre entidades com responsabilidade na promoção e gestão das dinâmicas culturais e artísticas dos espaços;
 10. Participar na divulgação pública de iniciativas do Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”, que promovam projetos de experimentação, reflexão, investigação, mediação e criação artística dos agentes culturais, de vocação intermunicipal.

Cláusula 4.ª

(Obrigações dos restantes Municípios)

Compete aos restantes Municípios do Alto Minho no âmbito do presente Protocolo:

1. Colaborar ativamente nas iniciativas intermunicipais promovidas, ou a promover, pelo Centro de Criação Alto Minho “emCadeia”, e pela Rede Intermunicipal de Criação;
2. Participar nos trabalhos do Grupo de Trabalho e Acompanhamento, contribuindo para o

A T A N.º 18/2025

cumprimento dos objetivos e Plano de Atividades definido;

3. Propor iniciativas e ações a incluir no plano de atividades, em articulação com os objetivos estratégicos definidos.

Cláusula 5.ª

(Grupo de Trabalho de Acompanhamento)

1. As parte outorgantes constituirão um Grupo de trabalho de Acompanhamento, composto por representantes da Entidade Intermunicipal, da Entidade Promotora/Gestora «, da CCDR-Norte e de todos os Municípios do Alto Minho.

2. O Grupo de Trabalho de Acompanhamento reunirá, pelos menos, duas vezes ao ano, e sempre que para o efeito por convocado pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, ou por qualquer um dos seus membros.

3. Compete ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento:

- a) Informar, apreciar e aprovar as atividades e desenvolvimento do projeto, zelando pela boa aplicação e desenvolvimento do objeto do presente protocolo;
- b) Apreciar e aprovar, sob proposta da Entidade Promotora/Gestora, a componente do Plano de Atividades relativa à cooperação intermunicipal, regional e transfronteiriça, promovendo articulações estratégicas territoriais;
- c) Apreciar e aprovar os relatórios de execução, que deverão ser remetidos pela Entidade promotora/Gestora ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento;
- d) Emitir parecer sobre os assuntos que lhe forem submetidos à apreciação por parte da CIM-Alto Minho ou da Entidade Promotora/Gestora;
- e) Interpretar as dúvidas que possam surgir em relação à redação e aplicação do conteúdo do respetivo clausulado.

Cláusula 6.ª

(Vigência)

O presente Protocolo vigora a partir da data da sua assinatura por todas as partes outorgantes, mantendo-se em vigor por um período inicial de cinco anos após a conclusão do investimento. Findo esse prazo, será automaticamente renovado por iguais períodos, salvo denúncia ou revisão promovida por iniciativa conjunta da maioria dos Municípios Outorgantes.

Cláusula 7.ª

(Revisão)

1. O presente protocolo pode ser alterado, por acordo unânime das partes outorgantes, caso haja necessidade de introduzir modificações, desde que as mesmas ocorram para a melhoria, expansão de

A T A N.º 18/2025

efeitos ou eficácia do objeto do Protocolo.

2. Qualquer alteração, aditamento ou disposição acessória ao presente Protocolo deverá constar de documento escrito, assinado pelas partes, passando a constituir uma Adenda a este, dele fazendo parte integrante, devendo ser comunicado à CCDR-Norte e à Autoridade de Gestão do NORTE 2030.

Cláusula 8.ª

(Disposições finais)

O presente Protocolo é elaborado em onze exemplares de igual teor, destinando-se um a cada uma das partes outorgantes, e será objeto de deliberação em sede de reunião de câmara de cada Município. Após a leitura e conformidade, é assinado pelos representantes legais competentes. “_____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transcrita minuta de protocolo. _____

PONTO 8 – ADITAMENTO AO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E O SPORT CLUB VALENCIANO – Acerca do assunto foi presente a proposta do Sr. Vereador Arlindo de Sousa, que se transcreve para todos os efeitos legais:

“PROPOSTA 05/2025

Proposta de aditamento ao Contrato-Programa com o Sport Clube Valenciano

Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município”.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, os apoios financeiros concedidos pelas autarquias locais a associações desportivas devem ser formalizados mediante contrato-programa de desenvolvimento desportivo.

Por deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal de 06 de março de 2025, foi aprovado o Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo celebrado com o Sport Clube Valenciano, com uma participação financeira de 75.000,00 €, referente ao apoio à execução do plano anual de atividades para o ano de 2025.

O Sport Clube Valenciano, por ofício apresentado em 28 de agosto findo, registado sob o número

A T A N.º 18/2025

4602/2025, expôs à Câmara Municipal a necessidade da realização de obras de substituição da cobertura do estádio Dr. Lourenço Raimundo.

Tendo em conta que a intervenção em causa não se encontrava inicialmente prevista no contrato-programa celebrado, torna-se necessário proceder ao respetivo aditamento, de forma a enquadrar legalmente a execução desta obra e assegurar o apoio municipal.

O aditamento mantém o enquadramento no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro (Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, encontrando-se devidamente assegurado o interesse público da intervenção e a afetação à promoção e desenvolvimento da prática desportiva.

Proposta

Nestes termos, proponho ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que remeta a deliberação da Câmara Municipal o **Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado com o Sport Clube Valenciano.**

Anexo: Minuta de aditamento ao Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

Paços do Concelho, 01 de setembro de 2025

O Vereador com competência delegada (Despacho de Delegação de Competências de 25 de outubro de 2021) (Arlindo Amorim de Sousa) ”_____

“Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Entre:

Município de Valença, com o NIPC 506 728 897, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Vaz Carpinteira, com poderes para o ato por deliberação camarária de 25 de outubro de 2021, doravante designado por Município;

E o Sport Clube Valenciano, com o NIF 501 081 399 neste ato legalmente representado por Pedro Manuel Fernandes da Cunha, titular do cartão de cidadão n.º 11064971, válido até 06/01/2030, com poderes para o ato conferidos por deliberação da ata n.º 58 de 16 de janeiro de 2023 doravante designado por SCV.

Cláusula 1.ª

A T A N.º 18/2025

Objeto

O presente aditamento tem por objeto o reforço da comparticipação financeira atribuída ao Sport Clune Valenciano, ao abrigo do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo aprovado em reunião de câmara de 06 de março de 2025, tendo em conta a necessidade de fazer face a despesas imprevistas associadas às obras de substituição da cobertura do estádio Dr. Lourenço Raimundo.

Cláusula 2.ª

Justificação

A realização das referidas obras não estavam previstas no plano de atividades para 2025.

Cláusula 3.ª

Alteração à Cláusula 3.ª

A Cláusula 3.ª do Contrato-Programa passa a ter a seguinte redação:

“A comparticipação financeira de natureza pecuniária a prestar pelo Município ao SCV é de **85.000,00€ (oitenta e cinco mil euros)**, a pagar em três prestações, para auxiliar na despesa com a referida atividade, sendo 75.000,00€ o montante inicial e 10.000,00€ o montante adicional”

Cláusula 4.ª

Regime jurídico

Mantêm-se em vigor todas as cláusulas do contrato-programa original que não se encontrem expressamente alteradas pelo presente aditamento.

Cláusula 5.ª

Entrada em vigor

O presente aditamento entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes.

Valença,

O Presidente da Câmara Municipal José Manuel Vaz Carpinteira

O Presidente da Direção Pedro Manuel Fernandes da Cunha” _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o transcrito aditamento ao Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Sport Clube Valenciano. _

PONTO 9 – MINUTA DE PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE VIANA DO CASTELO – Acerca do assunto do presente a minuta do protocolo que se transcreve para todos os efeitos legais:

“PROTOCOLO

MUNICÍPIO DE VALENÇA, pessoa coletiva de direito público com o NIPC [506728897](#), com sede no

A T A N.º 18/2025

Edifício dos Paços do Concelho, Praça da República, 4930-702 Valença, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Carpinteira, doravante designado por Primeiro Outorgante;

E

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE VIANA DO CASTELO, NIPC 501401083, com sede no Largo Amadeu Costa, 13/14, 4900-338 Viana do Castelo, Portugal, neste ato representada pelo seu representante legal com funções executivas e poderes para o ato, Ricardo Martins Felgueiras, doravante designada por Segunda Outorgante;

CONSIDERANDO QUE:

A -O Primeiro Outorgante reconhece o valor desta iniciativa para o desenvolvimento do desporto e para a promoção do concelho, manifestando disponibilidade para financiar a aquisição de câmaras a instalar nos clubes filiados da Segunda Outorgante sediados no concelho, garantindo igualmente a utilização destas em situações de interesse municipal e a divulgação das suas agendas culturais e desportivas.

B -A Segundo Outorgante é uma associação de direito privado, declarada Instituição de Utilidade Pública, que tem como fins a promoção, organização e desenvolvimento do futebol e futsal federado no distrito de Viana do Castelo, nas suas diversas categorias e escalões etários, contribuindo para a formação desportiva, educativa e social dos seus clubes filiados, praticantes e demais agentes desportivos.

C. -As partes pretendem estabelecer uma parceria, regulada pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

Pelo presente protocolo, Primeiro e Segunda Outorgantes estabelecem uma parceria estratégica para o desenvolvimento e promoção do futebol e futsal no concelho de Valença, com recurso a tecnologia de captação e transmissão de jogos, associada a um programa de avaliação e acompanhamento de atletas.

CLÁUSULA SEGUNDA

Finalidade

A presente parceria tem como objetivo a implementação de um programa estruturado de desenvolvimento da performance desportiva, orientado para o reforço do processo de formação dos clubes filiados da Segunda Outorgante sediados no concelho de Valença e para o acompanhamento da evolução individual dos atletas, abrangendo os diversos escalões, incluindo as equipas de futebol de

A T A N.º 18/2025

formação e seniores. Para esse efeito, serão disponibilizadas, aos clubes, câmaras que permitam a gravação e transmissão em direto dos jogos, potenciando a análise do desempenho, bem como o aumento da visibilidade dos clubes e do concelho junto da comunidade envolvente, quer seja local ou não, com a possibilidade e chegar ao universo dos emigrantes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Direitos e obrigações das partes

1-No âmbito do presente protocolo incumbe ao Primeiro Outorgante:

- a) Adquirir as câmaras destinadas à gravação e transmissão em direto dos jogos dos clubes filiados da Segunda Outorgante sediados no concelho de Valença, pelo valor unitário de 1.800€ (mil e oitocentos euros) acrescido de IVA.;
- b) Efetuar o pagamento integral das câmaras, ficando como legítimo proprietário das mesmas.
- c) Entregar as câmaras aos clubes identificados pela Segunda Outorgante, para seu uso no âmbito das atividades desportivas, reservando, contudo, o direito de as utilizar noutras situações de interesse municipal.

2- No âmbito do presente protocolo é reservado ao Primeiro Outorgante o direito a:

- a) Em cada transmissão via streaming, ter um espaço destinado à divulgação das agendas culturais e desportivas do concelho, bem como à promoção institucional do mesmo;
- b) Utilizar as câmaras noutras situações de interesse municipal;
- c) Recolher as câmaras terminado o presente protocolo

3- No âmbito do presente protocolo incumbe à Segunda Outorgante:

- a) Assegurar a inscrição dos atletas no programa de performance desenvolvido no âmbito da parceria, por solicitação e autorização dos clubes e dos pais dos atletas, quando se tratarem de atletas menores.
- b) Identificar, em articulação com o Primeiro Outorgante, os clubes filiados beneficiários das câmaras a instalar no concelho de Valença.

CLÁUSULA QUARTA

Vigência

O Presente protocolo vigora durante o período de 1 ano, com início a 28/08/2025 e termo a 27/08/2026

A T A N.º 18/2025

e será renovado automaticamente por períodos de 1 ano salvo denúncia a efetuar, por escrito, por qualquer uma das partes, com 60 (sessenta) dias de antecedência sobre o termo do mesmo ou de cada uma das suas renovações.

CLÁUSULA QUINTA

Resolução

Qualquer uma das partes pode resolver o presente protocolo antes do final do prazo previsto, em caso de incumprimento grave e/ou reiterado das obrigações de outra parte, se após notificação por escrito a parte faltosa não sanar a situação no prazo de 15 dias ou noutro prazo superior razoavelmente concedido. A resolução deve ser comunicada por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos imediatos, e confere à parte cumpridora o direito a ser indemnizada nos termos legais.

CLÁUSULA SEXTA

Alterações

Quaisquer alterações ao presente protocolo apenas serão válidas e eficazes se reduzidas a escrito e assinadas conjuntamente pelas duas partes.

CLÁUSULA SÉTIMA

Não Renúncia

O não exercício, por qualquer das partes, de algum direito conferido pelo presente protocolo não implicará a renúncia a esse direito para o futuro.

CLÁUSULA OITAVA

Comunicações

Todas as comunicações previstas no presente protocolo, devem ser efetuadas por carta registada com aviso de receção para as moradas das partes.

CLÁUSULA NONA

Lei Aplicável e Foro

O presente protocolo rege-se pela lei portuguesa. Para julgar todas as questões emergentes da celebração, execução ou cessação do presente protocolo fixa-se como competente o foro da comarca de Viana do Castelo, com expressa renúncia a qualquer outro. Em caso de litígio ou dúvida quanto à interpretação ou aplicação, as partes procurarão solução amigável.

O presente protocolo é feito em dois exemplares devidamente assinados, ficando um para cada parte.

Viana do Castelo, ao dia 28 de agosto de 2025.

(O Presidente da Câmara Municipal de Valença - José Manuel Carpinteira)

A T A N.º 18/2025

(O Representante legal da Associação de Futebol de Viana do Castelo - Ricardo Martins Felgueiras)

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o transcrito protocolo.

PONTO 10 – ISENÇÃO DE TAXAS:

A) ASSOCIAÇÃO DE MOTOCICLISTAS MCV LEGIONÁRIOS MOTARDS –

Ratificado, por unanimidade, o despacho que isentou o pagamento da taxa da licença especial de ruído;

B) AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MURALHAS DO MINHO – Aprovado, por unanimidade, a isenção das taxas pela utilização das instalações da Piscina Municipal para o ano letivo 2025/2026. _____

PONTO 11 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS:

A) RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: A Câmara Municipal tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria do dia 03 de setembro corrente com um total de disponibilidades de 2.264.634,25€ (dois milhões duzentos e sessenta e quatro mil seiscentos e trinta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos). _____

B) DESPACHOS PROFERIDOS PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E PELOS VEREADORES MEDIANTE DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidas pela Exma. Sra. Vereadora Ana Paula Xavier no uso da subdelegação de competências conforme despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de 25/10/2021, no período de 28 de agosto a 03 de setembro corrente, do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 62 e da emissão de 3 (três) pareceres ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, na sua atual redação (Reconversão das áreas urbanas de génese ilegal), no uso da deliberação da reunião de câmara de 15 de setembro de 2010. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto não se verificou a intervenção do público presente na sala. _____

ATA N.º 18/2025

PONTO 12 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA - Nos termos do n.º 3 do artigo 57º do Anexo I, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pela Sra. Presidente em exercício e pela secretária da presente reunião. _____

Terminados os trabalhos e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião pelas onze horas dez horas da qual, para constar, se lavrou a presente ata composta por vinte e seis páginas. _____

O Presidente da Câmara Municipal,

José Manuel Vaz Carpinteira

A Chefe da Divisão Administrativa Geral

Paula Mateus